



## POLÍTICA E LITERATURA: OS CÁRCERES DO ESTADO NOVO<sup>1</sup>

Carlos Alexandre Machado<sup>2</sup>  
Carlos Adriano Albani da Silva<sup>3</sup>

### Resumo

O artigo analisa a conjuntura sócio-política do Estado Novo brasileiro e problematiza a obra *Memórias do Cárcere* de Graciliano Ramos. Obra esta que nos leva a refletir sobre a atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda, a censura e a repressão durante a ditadura Vargasista. Procuramos ainda contextualizar este importante testemunho literário dentro do cenário de crescente radicalização ideológica vigente no Brasil e no mundo nos anos 1930 e 1940.

**Palavras-chave:** Estado Novo. Getúlio Vargas. Memórias do Cárcere. Graciliano Ramos.

### Introdução

Este artigo pretende fazer um paralelo entre o Estado Novo brasileiro, que inicia em 1937 e termina com a deposição de Vargas em 1945, e a obra *Memórias do Cárcere* do escritor nordestino Graciliano Ramos. O texto de Graciliano, opositor do governo de Getúlio, narra as experiências deste influente escritor brasileiro quando esteve preso pela Delegacia de Ordem Política e Social do governo Vargas.

Apesar da obra de Graciliano Ramos fazer referência ao período em que o escritor esteve preso, meses antes de ter iniciado de fato a Ditadura getulista, pode-se perceber que os elementos para o desfecho do Golpe estavam em acentuado processo de maturação. A perseguição aos comunistas e a outras pessoas que tinham ideias divergentes das do Governo já ocorria muito antes da concretização do Estado Novo, realizada no final de 1937.

Em um primeiro momento, analisaremos a situação do governo Vargas em relação a sua política externa, a aproximação do governo com países de ideologias diferentes e as consequências desta na situação interna do Brasil. Após, analisaremos a relação existente entre este mesmo governo e os relatos contidos em *Memórias do Cárcere*. Com isto, acreditamos contribuir não apenas para a compreensão deste importante momento histórico

---

<sup>1</sup> Artigo elaborado para a disciplina de Política I, do curso de Especialização em História do Brasil Contemporâneo (FAPA), ministrada pelo Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva.

<sup>2</sup> Graduado em História (ULBRA), aluno do curso de Especialização em História do Brasil Contemporâneo (FAPA) e do Curso de Comunicação Social – Jornalismo (UFRGS). [carlos\\_amachado@yahoo.com.br](mailto:carlos_amachado@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> Graduado em História (ULBRA), aluno do curso de Especialização em História do Brasil Contemporâneo, (FAPA) e professor do PROJOVEM. [carlosadriano.albani@gmail.com](mailto:carlosadriano.albani@gmail.com)

brasileiro, mas também para recordarmos de um importante documento de denúncia contra o autoritarismo e a opressão, em uma das mais profundas e instigantes obras da literatura engajada politicamente do Brasil.

### **O Estado Novo brasileiro**

O Estado Novo brasileiro, iniciado em novembro de 1937, foi um golpe político de Getúlio Vargas, que já estava no poder desde a Revolução de 1930, para continuar a governar o país sob o pretexto de que o Brasil precisava de um líder firme contra as ideias comunistas oriundas da URSS. Com a nova Constituição, conhecida como *A Polaca*, Getúlio aboliu o poder legislativo, extinguiu os partidos políticos e cancelou as eleições marcadas para o ano seguinte (LUCA, 2007).

Apesar de ser um feroz ditador, Vargas mantinha uma relação muito próxima com alguns setores do povo, como os trabalhadores urbanos, e concentrava o apoio político da grande maioria da população, que antes dele sequer participava da política do país. Dessa forma, ao invés de se rebelar contra a ditadura varguista, o povo seguia seu líder. Isto porque, desde o início da República até aquele momento, Getúlio foi um dos poucos governantes da história do Brasil que havia se preocupado com as condições sociais da população: como o direito ao trabalho e a educação. Segundo José Murilo de Carvalho

Se o avanço dos direitos políticos após o movimento de 1930 foi limitado e sujeito a sérios recuos, o mesmo não se deu com os direitos sociais. Desde o primeiro momento, a liderança que chegou ao poder em 1930 dedicou grande atenção ao problema trabalhista e social. Vasta legislação foi promulgada, culminando na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1943. (CARVALHO, 2003, p. 110).

Em 1937 o mundo ainda estava se recuperando dos abalos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e da forte crise econômica cujo auge foi a queda da Bolsa de Nova Iorque em 1929. Crise esta que deixou sequelas em quase todas as nações do mundo, inclusive nos países socialistas, mesmo que em proporção muito menor em relação aos países capitalistas. Já a Grande Guerra fez com que os países europeus se endividassem para que pudessem se reconstruir. Neste contexto de superação, surge na Europa uma nova ideologia política – o fascismo. O objetivo do fascismo era o desenvolvimento econômico da nação. Externamente, os fascistas alemães (nazistas) tinham o objetivo de difundir sua ideologia para agregar parceiros nas relações comerciais.

Enquanto isso, na América, crescia a vontade dos Estados Unidos em estreitar as relações com os demais países do continente. O Brasil, por possuir grande influência com os demais países da América do Sul, além de ser um país continental, teve privilégio nesta aproximação.

Nesta situação favorável

O governo brasileiro adotou uma orientação pragmática, isto, é, tratou de negociar com quem lhe oferecesse melhores condições e procurou tirar vantagem da rivalidade entre as grandes potências. Por exemplo, em 1935, assinou um acordo comercial com os Estados Unidos [...]; no ano seguinte, assinou outro com a Alemanha [...]. (FAUSTO, 2008, p. 379).

Assim, a aproximação com a Alemanha nazista cresceu acentuadamente, pois o país do “Führer” foi o grande parceiro comercial do Brasil nos anos 1930. Estas relações aumentaram não só na área econômica, mas também se alinharam no campo ideológico. Vargas utilizou muito dos “ensinamentos” nazistas para ameaçar opositores políticos, governar o país com mãos de ferro e perseguir os comunistas. Alguns destes comunistas, e até seus filhos, foram levados para campos de concentração (uma espécie de acampamento de escoteiros ou colônia agrícola), aqui mesmo no Brasil, para que fossem reeducados (D’ARAUJO, 2000, p. 26).

Dessa forma, para controlar a imprensa acerca das informações transmitidas ao povo, Getúlio reformulou o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) e criou o DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), em 1939. O novo órgão do governo era uma espécie de orientador/controlador dos meios de comunicação determinando/definindo o que eles poderiam, ou não, veicular sobre o governo. O objetivo era evitar que informações, como as de perseguição a comunistas ou a outros opositores do governo, chegassem a todas as camadas da população e esta se opusesse ao regime.

### **Repressão, censura e propaganda: panorama geral do DIP**

Como já expressei, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939 e vinculado à Presidência da República, foi o resultado de uma série de modificações de outros departamentos que já faziam um controle e orientavam a imprensa brasileira desde 1931. O primeiro desses Órgãos, que inicialmente estavam vinculados ao Ministério da Justiça, foi o Departamento Oficial de Publicidade (DOP). Após, em 1934, o DOP se transformou no Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC).

O objetivo de ter um órgão controlador da imprensa era fazer com que o governo mantivesse uma boa imagem perante a população como um todo. Pois, segundo a ideologia do Estado Novo brasileiro

A imprensa deveria ter a função pública de apoiar o governo e auxiliar no projeto nacional, e quem assim não agisse poderia ser punido inclusive com a desapropriação de seus bens (D’ARAUJO, 2000, p. 38).

E foi isso que aconteceu com muitos veículos de comunicação da época: jornais, revistas e rádios foram fechados porque iam de encontro com os posicionamentos do governo Vargas, como foi o caso do Jornal *O Estado de S. Paulo*. Além das instituições comunicadoras do país, a Ditadura getulista também perseguiu pessoas comuns da sociedade e intelectuais que não concordavam com o endurecimento do governo. Aqueles

que ousavam se opor ao regime poderiam ser perseguidos e presos, como foi o caso de Graciliano Ramos (1936) e Monteiro Lobato (1941), este que inclusive fora chamado por Getúlio para fazer parte de seu governo anos antes de ser preso.

A atuação do DIP não se limitava ao controle dos meios de comunicação e das opiniões de membros da sociedade civil. O Departamento era o zelador da boa imagem de Vargas. Neste contexto, o órgão emitia boas notícias do governo para serem veiculadas nos jornais e revistas, organizava os grandes eventos em que Getúlio discursava ao povo e era o responsável por coordenar todo tipo de propaganda que beneficiasse a imagem do chefe de Estado. Entretanto, “o DIP não só preparava o material de propaganda do regime como controlava com censores todas as matérias da imprensa escrita e falada” (D’ARAÚJO, 2000, p. 38-9).

O DIP também coordenava uma série de meios de comunicação vinculados ao Governo. Como são os casos da *Rádio Nacional*, que transmitia diariamente o programa *Hora do Brasil*, do jornal *A Manhã* e das revistas *Cultura Política* e *Ciência Política*. Esta que era voltada à doutrinação da sociedade no que tange a sexualidade, lazer, alcoolismo e higiene (VELLOSO, 2007, p. 33). A revista *Cultura Política*, além de ser a doutrinadora da ideologia política era, também, uma central de informações que propagandeava o Estado Novo mostrando as realizações do Governo.

Além disso, como na época ainda não havia televisão, muitas famílias se divertiam indo aos cinemas. Para aproveitar o entretenimento, o governo veiculava um noticiário antes de cada filme, o *Cinejornal Brasileiro*, uma espécie de filme curta-metragem que mostrava os acontecimentos do país e do mundo e enaltecia as suas ações. Era mais um meio de chegar à população e mostrar o quão bom para o Brasil era o governo de Getúlio Vargas.

Essas campanhas educadoras do Estado Novo foram muito importantes para a construção de um ufanismo brasileiro, principalmente entre jovens estudantes que acreditavam no Brasil como uma possível potência mundial. Essa fervorosa brasilidade era observada nos desfiles cívicos, como na Semana da Pátria, onde várias escolas desfilavam e competiam para ver qual delas levava maior número de alunos para as ruas; os alunos se orgulhavam de estarem presentes em uma data tão importante para a nação. Outras datas comemoradas pelo Governo eram 10 de Novembro, aniversário do Estado Novo, e 19 de abril, aniversário de Vargas.

O DIP, então, era o carro-chefe do Governo getulista. O órgão responsável por manter a linha dura, mas também por envolver toda a nação dentro de uma mesma baliza teórica de compromisso com o Estado brasileiro. Obviamente, o objetivo não foi totalmente alcançado. Ao longo do regime, surgiram muitos opositores, como jornalistas, artistas e literatos. Estes, sob o pretexto de serem contra o desenvolvimentismo brasileiro, foram perseguidos e muitos foram condenados à prisão.

## Graciliano Ramos, o homem e o seu tempo

Nascido na cidadezinha alagoana de Quebrangulo, em 1892, primogênito de uma família de dezesseis irmãos e filho de rudes sertanejos comerciantes. Favorecido por sua condição social relativamente estável, de classe média baixa, Graciliano Ramos cursou o ensino secundário no Colégio do Professor Agnelo, sob o regime de internato, em Maceió.

A boa educação e a solidão de uma dura formação familiar foram decisivas influências para que Graciliano desenvolvesse o gosto pela literatura, escrevendo, desde moleque, sonetos, contos e se envolvendo com revistas estudantis. Em 1915, mudou-se para o Rio de Janeiro, durante poucos meses na Cidade Maravilhosa, trabalhou como revisor de jornais.

De volta ao sertão nordestino, Graciliano montou uma pequena loja de fazendas, também no ano de 1915. Em contato com figuras variadas da realidade social nordestina de então, dos miseráveis camponeses e retirantes aos profissionais liberais, fazendeiros, coronéis e burocratas, Graciliano, pouco a pouco, foi se formando como um agente político. Sua vida pública começa em 1926, ao tornar-se presidente da Junta Escolar de Palmeira dos Índios, cidade em que fundou uma escola em 1932. Em 1927, foi eleito prefeito da mesma localidade. Renunciou à Prefeitura em 1930, sendo nomeado Diretor da Imprensa Oficial das Alagoas, cargo ao qual também renunciou em 1931. Em 1933, foi nomeado, por sua militância e envolvimento com a educação, Diretor da Instrução Pública do Estado das Alagoas.

Foi nesse cargo que Graciliano acabou preso em 1936, junto de dezenas de políticos, homens públicos, intelectuais, militares e trabalhadores considerados subversivos pelo governo de Getúlio Vargas. Os anos de 1936 e 1937 foram decisivos na história política brasileira, pois foi nesse contexto que começou a ser montado o regime de exceção do Estado Novo. Com o apoio de generais como Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, Getúlio Vargas consolidar-se-ia no poder por oito anos.

Exército, camadas médias urbanas, setores da convalescida (desde a crise de 1929) oligarquia cafeeira e grande parte de estancieiros e ruralistas complementares à agroexportação, reinante no Brasil de então, aprofundaram a conciliação intraelites montada com o Golpe de 1930, isto através de um novo golpe. A mudança hegemônica, em curso, foi provocada exatamente por uma situação de convulsão social, tanto no campo miserável dos sertões brasileiros quanto nas ilhas urbanas do litoral. Simultaneamente, tal golpe fora impulsionado por um vácuo de poder, que assustava os proprietários e as elites, atingidas em cheio pelos ventos da superprodução capitalista de 1929 e sequente fechamento do setor de mercado externo (WEFFORT, 1980). Francisco Weffort assim analisa o período que vai do Golpe de 30 ao Estado Novo

O novo Governo, formado à base de uma aliança tácita entre grupos de classe média, sem horizontes políticos próprios, e alguns setores oligárquicos que ocupavam no “antigo regime” uma posição secundária, deverá passar por um longo período de instabilidade que se prolonga até 1937 (WEFFORT, 1980, p. 68).

O projeto conciliador, concentrador e autoritário do Estado Novo foi elaborado sob algumas premissas, como a repressão policial-militar, a propaganda e a educação das massas, em franco diálogo com os regimes nazi-fascistas e totalitários em ascensão em várias partes do mundo na época, especialmente na Europa ocidental. Este mesmo cenário internacional, de acirrada competição imperialista entre as potências de capitalismo industrial avançado, estremecidas pela já mencionada crise de 1929, forçava reorientações políticas. Modelos administrativos liberais eram abandonados como métodos eficientes para a busca do lucro, acumulação e investimento do capital nos países centrais, sendo substituídos por modelos nacionalistas e intervencionistas de extrema-direita, justificados por falácias étnicas e sustentados por economias de guerra amplamente estatizadas (HOBBSAWM, 1995). Não só a competição mercadológica entre as potências burguesas motivava a histeria geral, mas o próprio fantasma comunista aguçava os ânimos. Afinal, foi após uma situação de crise social e econômica que trabalhadores e intelectuais populares derrubaram uma Monarquia e instalaram uma República socialista, na Rússia, em 1917. Assim como, a Guerra Civil espanhola pôs forças de esquerda (anarquistas e comunistas) contra forças de direita (fascistas e reacionários), mobilizando a intelectualidade internacional, atenta aos rumos que a nova República da Espanha poderia tomar entre 1936 e 1939.

É atento a tudo isso que o nascente Estado Novo procurou amenizar (nem que fosse sob violência) os ânimos contraditórios entre as classes e frações de classes brasileiras. O novo regime intensificou um processo de industrialização substitutivo de importações, concentrado nos bens não-duráveis (roupas, alimentos, têxteis, calçados) e nas ações estatais em infraestrutura (energia, estradas, siderurgia) (SINGER, 1984). A ditadura estadonovista procurou integrar as camadas burocráticas e empresariais em órgãos como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e a Confederação Nacional das Indústrias (CNI) com o operariado urbano, em crescimento sob tal política econômica, num sindicalismo compulsório e amarrado pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Eis aí o pacto populista ou trabalhista que perdurará até o golpe militar de 1964. Mesmo assim, o fantasma comunista também pregava alguns sustos por aqui no Brasil.

Em 1922, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) fora fundado, sob influência direta do Comintern russo e da III Internacional Comunista. Em princípio, arregimentando antigos militantes anarquistas e imigrantes europeus, o comunismo passava a produzir



interpretações e propor alternativas à realidade brasileira (KONDER, 2004). Em 1935, Rio de Janeiro, Recife e Natal foram palcos de insurreições armadas revolucionárias em importantes quartéis gerais. Soldados e tenentes buscavam incitar os populares à revolução, através de um levante rebelde, tentativa mista de “Revolução russa à brasileira” ainda bastante influenciada pelos ideais da marcha tenentista da Coluna Miguel Costa-Luis Carlos Prestes, ocorrida de 1924 a 1927. A quartelada comunista foi reprimida duramente, mesmo assim, os políticos varguistas tinham o pretexto perfeito para declarar, em 1936, Estado de Guerra no Brasil, suspendendo muitas das normas constitucionais. Não só o comunismo, representado pelo PCB e sua Aliança Nacional Libertadora (ANL), mas também o fascismo se organizava, no Brasil, de forma influente e consistente nos anos 1930, através da Ação Integralista Brasileira (AIB) (FAUSTO, 2008). A radicalização política serviria aos detentores do poder hegemônico tupiniquim para justificar suas ações. Invenções de supostos novos golpes de esquerda (Plano Cohen), marchas militares, prisões, acusações e perseguições a políticos não apoiadores ao continuísmo de Vargas (entre eles, figuras como Lima Cavalcanti, governador de Pernambuco, e Flores da Cunha, governador gaúcho) precedem à oficialização do Estado Novo em 10 de novembro de 1937.

Onde entra o escritor Graciliano Ramos nisso tudo? Em 1933, o autor publicou seu primeiro romance, *Caetés*. Em 1934, *São Bernardo*. Em 1936, *Angústia*. Soma-se a esses romances agudos e críticos, as suas posturas como homem público, suas palestras ministradas em cafés e livrarias em Maceió, seus relatórios, desde os tempos de Prefeito, no interior, remetidos a autoridades situacionistas, sua defesa na imprensa de escritos socialistas e sua amizade com assumidos militantes e intelectuais comunistas. Entre eles escritores como Jorge Amado, José Lins do Rego, Rachel de Queiróz e Edison Carneiro (RAMOS, 1976). Na guerra ideológica e de propaganda, que o Estado Novo assumia como elementos centrais para a construção do Brasil, Graciliano era um soldado hábil e perigoso, a influenciar cabeças pensantes. Como diz Carlos Nelson Coutinho sobre o escritor e sua obra

O esmagamento dos melhores anseios e das melhores esperanças, a derrota trágica dos que lutam por superar um mundo vazio e alienado e por encontrar o caminho da comunidade humana democrática, são constantes na história brasileira. Mas, por sobre as tragédias momentâneas e individuais (embora socialmente necessárias), Graciliano Ramos ensinou-nos a ver a perspectiva de um futuro mais brilhante, ainda que sem nos iludir sobre os obstáculos e as dificuldades na luta por alcançá-lo (COUTINHO, 2005, p. 217).

Em 1937, o escritor foi liberado da prisão, vindo a publicar ainda diversos livros, com destaque para o antológico *Vidas Secas*, de 1938. Graciliano (que faleceu em 1953) recebeu variados prêmios literários, assumiu novos cargos públicos importantes (como presidente da Associação Brasileira de Escritores), transformou em literatura as suas

recordações infantis (em *Infância* de 1945) e narrou os dias em que esteve encarcerado pelo Estado Novo em *Memórias do Cárcere*, publicado postumamente em 1953.

### **As memórias e o cárcere**

Por sua vida política, por sua obra, por seus contatos e amizades, Graciliano foi preso em 1936 a mando da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Nenhuma acusação formal foi feita, nenhum processo criminal foi aberto contra ele. Mesmo assim, vivendo num momento de melancolia e solidão, tanto no trabalho quanto em casa, após sucessivas brigas com a mulher, Graciliano desdenhou os bilhetes ameaçadores que recebeu da DOPS, durante meses, em seu gabinete, e aceitou passivamente a prisão. Um militar fora buscá-lo na porta de casa e conduziu-o ao presídio (RAMOS, 1976). A partir dali, Graciliano iniciaria uma dolorosa e triste experiência pessoal e coletiva. Presos políticos, ladrões e vagabundos, mulheres, homens e homossexuais, intelectuais, operários, matutos, professores, estivadores, artesãos, profissionais liberais, comunistas convictos, comunistas por engano. Centenas de vidas arbitrariamente forçadas a conviver em vagões de trem, porões de navios, celas prisionais e campos de trabalho seriam os convivas de Graciliano Ramos no cárcere.

Apesar de rabiscar algumas notas enquanto esteve preso, Graciliano somente passou a escrever as suas recordações, sobre a vida na cadeia, dez anos após ter sido liberto. Os motivos para tanto foram vários

Não conservo notas; algumas que tomei foram inutilizadas, e assim, com o decorrer do tempo, ia-me parecendo cada vez mais difícil, quase impossível, redigir esta narrativa. Além disso, julgando a matéria superior às minhas forças, esperei que outros mais aptos se ocupassem dela. Não vai aqui falsa modéstia, como adiante se verá. Também me afligiu a idéia de jogar no papel criaturas vivas, sem disfarces, com os nomes que têm no registro civil. Repugnava-me deformá-las, dar-lhes pseudônimo, fazer do livro uma espécie de romance; mas teria eu o direito de utilizá-las em história presumivelmente verdadeira? Que diriam elas se se vissem impressas, realizando atos esquecidos, repetindo palavras contestáveis e obliteradas? (RAMOS, 1975, p. 33).

Portanto, *Memórias do Cárcere* é um testemunho que utiliza, quase que exclusivamente, como fonte, aquilo que sobreviveu na memória pessoal do autor. O único registro material utilizado pelo escritor são assinaturas e mensagens de alguns companheiros presos anotadas num exemplar de um livro de José Lins, que sua esposa lhe entregou numa de suas visitas. Ao se remeter a nada além de suas recordações, convicções e talento literário, Graciliano confere ao texto testemunhal um profundo sentido artístico, uma força poética e analítica sobre as situações e sobre os companheiros de cela que fazem da obra um marco na literatura brasileira de esquerda. Sem dúvida não possui a mesma consistência e grandeza de seus clássicos, *Vidas Secas* e *São Bernardo*, mas ainda



assim possui força e relevância, pelo que fala, como fala e de quem fala.

Vacinado contra a mesquinha da literatura autobiográfica, em que muitos autores transformam o seu umbigo na coisa mais importante do mundo, Graciliano não deixa de repensar sobre sua vida, emprego e família, sendo profundamente autocrítico, considerando-se um arremedo de revolucionário. O artista não poupa das críticas nem seu próprio vício de escritor. Usa-se da escrita para pensar sobre a própria escrita como ferramenta humana a serviço de muitos propósitos (BASTOS, 1998). No caso de Ramos, sem dúvida, a literatura serve à sensibilização e ao resgate de uma humanidade profunda e perdida, mas não totalmente, pelos homens em geral, no afã da ambição e da fortuna ou engolidos pela pobreza e pelo individualismo. Alfredo Bosi diz das *Memórias* que

O narrador contempla corpos sofridos que às vezes emitem palavras, talvez idéias, farrapos de idéias, mas estas importam-lhe pouco em si mesmas. A solidariedade que lhe inspiram aqueles homens é existencial, para não dizer estritamente corporal. Não é a luta partidária de cada um que o afeta, mas o seu modo próprio de estar naquelas condições adversas, o seu jeito de sobreviver (BOSI, 2007, p. 223).

Não só por ser um relevante documento histórico, analisando nomes e fatos fundamentais para a compreensão do Brasil contemporâneo, mas exatamente pela grandeza das análises, *Memórias do Cárcere* conquista seu leitor. Se em alguns momentos a narrativa parece um tanto quanto amarrada e presa, dando uma sensação até mesmo “claustrofóbica” ao texto, coisa que parece ser recorrente nos romances de Graciliano, em outros momentos, o escritor nos revela, por dentro, as contradições, as complexidades e as vicissitudes da luta pela transformação social. Escancara discrepâncias de valores e hábitos entre intelectuais de esquerda, como Sebastião Hora e os operários. Aquele se negando a comer a “boia” comum servida aos presos, enquanto estes, os operários, não pensando duas vezes em matar a fome com o que tivessem pela frente. Conta-nos ainda, as *Memórias*, sobre rebeldes e pobres levados de arrasto pelo turbilhão revolucionário sem entenderem direito pelo que lutavam ou, no máximo, lutando por suas revoluções particulares. Enfim, gente como um espírita místico, um caboclo milenarista e o sagaz Capitão Mata, entre outros, todos presos por “subversão” e atirados na imundície do porão do Manaus, navio em que Graciliano viajou por cerca de uma semana, de Recife para o Rio de Janeiro.

Preso em Maceió, o escritor foi transferido a Pernambuco, onde ficou cerca de quinze dias. No Rio de Janeiro, instalou-se na Casa de Correção, zanzando entre o Pavilhão dos Primários e a Sala da Capela, local este específico e relativamente confortável, destinado a alguns dos presos políticos. Graciliano chegou a passar alguns dias na Colônia Correccional, na Ilha Grande, um campo de punição e de trabalho forçado a homicidas e bandidos violentos.

Muitas figuras de vulto, quase todas ligadas ao PCB, conviveram com Graciliano e sofreram o peso do regime ditatorial do Estado Novo. Entre elas, o escritor Aparício Torelly, ou Apporelly, já confabulando a personagem do Barão de Itararé, seu alter-ego irônico e literário; Ronaldo Ghioldi, secretário do Partido Comunista argentino e grande orador; também imigrantes europeus, muitas vezes excêntricos e/ou com hábitos singulares, ligados às lutas de esquerda. No Pavilhão dos Primários, no Rio de Janeiro, Graciliano Ramos ficou ao lado da cela de mulheres como Olga Prestes e Elisa Berger. Assim como, muitos dos tenentistas dos anos 1920 também estavam encarcerados, entre eles o comunista Agildo Barata e o advogado Lourenço Moreira Lima (RAMOS, 1975).

Em seus relatos, podemos acompanhar outros problemas do engajamento político, como os embates entre as correntes paradigmáticas diversas da esquerda, representadas, no livro, através da denúncia da discriminação contra os trotskistas presos e na segregação a um anarquista português que chega a enlouquecer devido à solidão na cadeia. Do mesmo modo, o escritor nos relata a constante paranoia da presença de supostos espiões e traidores, infiltrados entre os presos políticos, o que leva, seguidamente, ao isolamento e à segregação de companheiros suspeitos. Graciliano nos adverte, ao longo da obra, dos perigos da cegueira sectária. Suas observações críticas não poupam lideranças empertigadas e absortas em discursos vazios e galhofeiros que, seguidamente, se envolvem na luta política, de forma oportunista e exibicionista. Tal postura revela muito por que Graciliano não aprovava o populismo e suas lideranças carismáticas, sendo opositor do regime varguista. Hermenegildo Bastos lembra bem que

A época de redação do livro coincide com o período de militância de Graciliano Ramos no Partido Comunista. Mas essa militância não se dá sem altos e baixos, encontros e desencontros. Se durante algum tempo Graciliano se engajou diretamente na política do Partido, tendo inclusive se candidatado a deputado, nunca deixou de preservar a sua independência como homem e como escritor. As Memórias do Cárcere contêm inúmeras passagens de crítica aos companheiros do Partido, que com ele estiveram presos, inúmeras reflexões sobre a realidade brasileira que nem sempre estavam de acordo com o projeto social e político-econômico defendido pelo PC. Por isso mesmo é que a obra foi criticada pelos dirigentes do Partido, como atestam hoje vários estudiosos de Graciliano Ramos (BASTOS, 1998, p. 91).

Porém, nem só de decepções e amarguras é feito o livro. Conhecemos, por suas linhas, a inteligência e a sensibilidade de Agildo Barata, liderança popular capaz de “compreender as angústias e tensões em comum e, num comando que em nada parece ordem alheia, subleva as massas” (RAMOS, 1975, p. 274), em mais de um momento, durante reivindicações dos presos. Ou um estivador que, com seu jeito bruto e rude, surpreende Graciliano ao se revelar um frio e atento observador da crueza da vida, após se candidatar à coordenação do Coletivo montado pelos prisioneiros para oferecer auxílio financeiro aos camaradas mais debilitados. O Coletivo arranjava livros, organizava palestras

e cursos diversos na prisão. Importante lembrar que a arte, no presídio, por muitas vezes, foi um ponto de intersecção entre as classes, pois todos os presos se punham a cantar sambas, escutavam atentamente à improvisada “Rádio” Libertadora e vociferavam o Hino do Brasileiro Pobre, versão menos idílica para a letra do Hino do Brasil (RAMOS, 1975).

Por fim, essência da obra, a inesgotável capacidade de compreensão do autor, capaz de encontrar solidariedade, incerteza, alienação e semelhança nos seus próprios algozes, dos militares mais graduados que lhe inquiriram ou ameaçaram ao mais anônimo dos soldados e guardas e ladrões com quem conviveu. Vejamos o que diz Antonio Candido sobre as *Memórias*, situando-as no conjunto da obra de Graciliano, em especial entre seus textos autobiográficos

O adulto [Graciliano Ramos] se empenha nas coisas do século, é preso, jogado dum canto para outro e desce a fundo na experiência dos homens. O resultado principal parece ter sido a compreensão de que estes são mais complicados e que é muito mais esfumada a divisão sumária entre bem e mal. Há um nítido processo de descoberta do próximo e revisão de si mesmo, que o romancista anota sofregamente, como se estivesse completando pela própria vivência o panorama que antes havia elaborado no plano fictício (CANDIDO, 1992, p. 54).

O retrato do cotidiano da prisão, além da sua costumeira e angustiante monotonia, também é marcado pela descrição de presidiários comuns e seus códigos de leis próprios, seus artesanatos, suas moedas de troca, seus câmbios com guardas e sentinelas, seus pederastas. São muitas as histórias ouvidas sobre a arte do furto e da afanação. Diversos bandidos se aproximaram de Graciliano querendo que este os imortalizasse em livros (RAMOS, 1976). Claro, inevitavelmente, a obra expõe a constante brutalidade e o desprezo à vida, comuns na cadeia. Porém, não há equalizador social maior, no texto, do que o próprio cerceamento da liberdade e a miserabilidade em que são lançados os presos no navio Manaus ou na Colônia Correccional. A miséria os leva a suplantar as distinções e incompatibilidades de classe através da solidariedade, ainda que resignada. Portanto, mesmo abjeta, a igualdade não é só utopia.

### **Considerações finais**

Este artigo procurou refletir sobre o Estado Novo varguista e seus mecanismos de censura e propaganda política, utilizando como centro das análises a literatura testemunhal de um dos mais importantes e profundos escritores brasileiros. Graciliano Ramos, além do seu importante legado artístico, marcou a história do Brasil por sua militância política, conciliando arte e engajamento numa época de acirramentos ideológicos. Contextualizamos essa época, apresentando as linhas gerais de seu cenário político-econômico nacional e internacional, sem perder de foco a análise do livro *Memórias do Cárcere*. Consideramos esta obra um documento histórico instigante e problematizador da história brasileira

contemporânea num de seus momentos decisivos. Afinal de contas, a construção da identidade nacional brasileira, a industrialização e a urbanização, elementos centrais na vida dos brasileiros deste início de século XXI, têm um profundo incremento em tal período.

Acreditamos que *Memórias do Cárcere*, assim como a obra literária de Graciliano, como um todo, são componentes muito relevantes para a memória da esquerda brasileira em suas lutas por uma vida mais digna no país e na América. Como professores, reconhecemos a grandeza humana dos escritos de Graciliano Ramos e sua infatigável capacidade analítica. Capacidade indispensável ao bom literato, mas também ao professor comprometido com a transformação social. Portanto, analisar *Memórias do Cárcere* é um ato que nos desperta um profundo senso humanista, crítico e autocrítico.

Envoltos em nossa condição internacional semiperiférica e dependente, nós, brasileiros, por vezes, desdenhamos de nossos artistas e intelectuais, aceitando modas estrangeiras e alheias a nossa formação cultural. A obra de Graciliano Ramos “nada contra essa corrente”, falando do homem sertanejo e do Nordeste brasileiro de uma forma sóbria e lúcida, destacando suas particularidades, mas também enfatizando o que nos une neste país, mesmo com nossas diferenças regionais. Assim, apesar das dificuldades e durezas expostas em sua memória, sobre a luta social durante o Estado Novo, Graciliano nos deixa um recado forte de esperança e de não-conformismo frente às mazelas brasileiras. Do mesmo modo, nos traz a memória de tantos homens e mulheres que dedicaram suas vidas à transformação igualitária da realidade social.

## Referências

- BASTOS, Hermenegildo. Memórias do Cárcere, Literatura e Testemunho. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.
- BOSI, Alfredo. A escrita do testemunho em *Memórias do Cárcere*. IN: Literatura e Resistência. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp. 221 – 237.
- CANDIDO, Antonio. A literatura e a vida social. IN: Literatura e Sociedade. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1976. pp. 21 – 46.
- CANDIDO, Antonio. Ficção e Confissão: Ensaios sobre Graciliano Ramos. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Graciliano Ramos. IN: Cultura e Sociedade no Brasil. Ensaios sobre idéias e formas. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, pp. 157 – 217.
- CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 20/05/2009.

- D'ARAUJO, Maria Celina Soares. O Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2000.
- FAUSTO, Boris. Getúlio Vargas: o poder e o sorriso. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- \_\_\_\_\_. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 2008.
- HOBBSAWM, Eric. Era dos Extremos: O breve século XX. 1914-1991. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- KONDER, Leandro. História das Ideias Socialistas no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- LOPEZ, Luiz Roberto. História do Brasil Contemporâneo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2000.
- LUCA, Tania Regina. Coerção e Persuasão no Estado Novo. In: BR História. Ano I, nº 05, 2007, pp. 22-31.
- LUKÁCS, Georg. Marxismo e Teoria da Literatura. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- RAMOS, Graciliano. Memórias do Cárcere. *Volume 1*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, Martins, 1975.
- RAMOS, Graciliano. Memórias do Cárcere. *Volume 2*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, Martins, 1976.
- SINGER, Paul. Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento. In: FAUSTO, Boris. História geral da civilização brasileira. *Tomo III. O Brasil Republicano. 4º Volume. Economia e Cultura (1930 – 1964)*. São Paulo, Difel, 1984, pp. 211 – 245.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. A cooptação dos Intelectuais. In: BR História. Ano I, nº 05, 2007, pp. 32-3
- WEFFORT, Francisco Corrêa. O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- WILLIAMS, Raymond. Marxismo e cultura. IN: Cultura e Sociedade. 1780 – 1950. São Paulo: Editora Companhia Nacional, 1969, pp. 276 – 293.